

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.566.145 - SP (2019/0241553-2)

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
AGRAVANTE : AGRABEN ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA -
EM RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL
ADVOGADOS : RUBIANA APARECIDA BARBIERI - SP230024
LETÍCIA DA SILVA DINIZ - SP388522
AGRAVADO : MARIA JOSE MARTINS SANTOS SCHWARTZ
ADVOGADO : WASHINGTON COUTINHO PEREIRA - SP123304
INTERES. : NOVAMOTO VEICULOS LTDA

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL C/C DEVOLUÇÃO DE VALORES. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. RAZÕES RECURSAIS DISSOCIADAS DO CONTEXTO DOS AUTOS. SÚMULA 284/STF.

1. Ação de rescisão contratual c/c devolução de valores.
2. A ausência de fundamentação ou a sua deficiência importa no não conhecimento do recurso quanto ao tema.
3. Agravo conhecido. Recurso especial não conhecido.

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por AGRABEN ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA - EM RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL contra decisão que negou seguimento a recurso especial fundamentado na alínea "a" do permissivo constitucional.

Agravo em recurso especial interposto em: 03/05/2019.

Concluso ao gabinete em: 26/09/2019.

Ação: de rescisão contratual cumulada com devolução de valores ajuizada por MARIA JOSE MARTINS SANTOS SCHWARTZ em desfavor de AGRABEN ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA - EM RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL.

Sentença: julgou procedente o pedido para declarar rescindido o contrato firmado entre as partes, além de condenar a requerida a restituir, integralmente, os valores pagos pela autora, acrescidos de correção monetária a partir do desembolso.

Superior Tribunal de Justiça

Acórdão: negou provimento à apelação. A ementa restou redigida nos seguintes termos:

CONSÓRCIO - DECRETAÇÃO DE LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL DA ADMINISTRADORA - PEDIDO DE SUSPENSÃO E HABILITAÇÃO DO CRÉDITO QUE DEVE SER ANALISADO SOMENTE APÓS A CONSTITUIÇÃO DEFINITIVA DO TÍTULO JUDICIAL - PRELIMINAR REJEITADA CONSÓRCIO - DEVOLUÇÃO INTEGRAL DAS PARCELAS PAGAS - RÉ QUE DEU CAUSA À RESCISÃO DO CONTRATO JUROS MORATÓRIOS A LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL NÃO INTERROMPE SUA INCIDÊNCIA - QUITAÇÃO DOS JUROS CONDICIONADA À EXISTÊNCIA DE ATIVO SUFICIENTE PARA PAGAMENTO DO PASSIVO PRECEDENTES DO C. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - SENTENÇA PROCEDENTE - NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO

Recurso especial: alega violação dos arts. 5º e 27, da Lei 11.795/2008, sustentando que, do montante que será restituído ao autor, deve ser deduzida a taxa de administração do contrato de consórcio.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

Julgamento: aplicação do CPC/2015.

- Da fundamentação deficiente

O Tribunal de origem rejeitou a pretensão de dedução da taxa de administração do contrato de consórcio - e de qualquer remuneração em razão do negócio - sob o fundamento de que não se trata de restituição de parcelas pagas por consorciado desistente ou excluído do grupo, mas de rescisão do contrato em razão do inadimplemento ocorrido por culpa da administradora.

O acórdão, portanto, não levou em consideração a discussão acerca da aplicação das normas estabelecidas pelos artigos 5º e 27 da Lei 11.795/2008, mas sim o inadimplemento da administradora do consórcio.

Nesse contexto, as razões recursais mostram-se totalmente dissociadas do que foi decidido pelo Tribunal de origem, o que importa na

Superior Tribunal de Justiça

inviabilidade do recurso especial ante a incidência da Súmula 284/STF.

Forte nessas razões, CONHEÇO do agravo e, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15, NÃO CONHEÇO do recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, considerando o trabalho adicional imposto ao advogado da parte agravada em virtude da interposição deste recurso, majoro os honorários fixados anteriormente em 12% sobre o valor da causa (e-STJ fl. 262) para 14%.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora